



Carta do I Encontro Regional de Educação Escolar Quilombola do Centro-Oeste (EREEQ)

Nós somos o começo, o meio e o
começo. Nossas trajetórias nos
movem, nossa ancestralidade nos
guia.
(Nego Bispo)

Nós, participantes do I Encontro Regional de Educação Escolar Quilombola do Centro Oeste – EREEQ , reunidos entre os dias 1º e 4 de outubro de 2025 no município de Uruaçu (GO), nas dependências do Instituto Federal de Goiás, contando com a participação de aproximadamente 150 pessoas – lideranças do movimento quilombola, mestres e mestras dos saberes, educadoras/es, estudantes, pesquisadores/as e representantes de instituições públicas, abraçamos e acolhemos as cartas dos encontros do sudeste e nordeste e apresentamos as nossas reivindicações.

Este encontro foi fruto da conjugação de esforços entre a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola (CONEEQ), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e o Instituto Federal de Goiás – *Campus Uruaçu*.

Partimos do entendimento de que a Educação Escolar Quilombola deve contemplar as populações de nossas comunidades que estudam em escolas quilombolas e em escolas que atendam estudantes quilombolas. Isso tem o potencial de modificar as premissas da escola brasileira, criada para incutir valores que negam nossa existência, história, tradição, ancestralidade e não legitimam nossa oralidade.

É importante evidenciar que as políticas públicas de Educação Escolar Quilombola e de Educação para as Relações Étnico-Raciais são conquistas históricas dos movimentos sociais negros e quilombolas, construídas a partir da luta coletiva e da articulação com o Estado brasileiro, que permitiu a retomada da SECADI, a criação da CONEEQ, do Programa Dinheiro Direto na Escola –

PDDE Equidade, dos cursos de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola em instituições públicas, do Programa Escola Quilombo e principalmente da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ).

Durante o I EREEQ- Centro-Oeste, realizamos rodas de conversas, plenária e discussões envolvendo todos os estados da região Centro-Oeste, onde pudemos refletir sobre o que temos, o que nos falta e o que queremos para fortalecer a Educação Escolar Quilombola dessa região, bem como de todo Brasil. A partir desse diagnóstico, construímos coletivamente novas reivindicações.

O que temos?

No Mato Grosso do Sul, das 22 comunidades certificadas, apenas 4 possuem titulação parcial. Existem três escolas e três salas de extensão distribuídas em cinco territórios, e nenhuma escola opera com currículo quilombola.

Em Mato Grosso, há implementação “oficial” da EEQ em quatro comunidades (Chapada dos Guimarães, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio e Vila Bela). As 76 comunidades existentes possuem escolas em seus territórios, em sua maioria sem implementação das Diretrizes da EEQ.

Em Goiás, de acordo com mapeamento feito pelo governo do estado temos 82 comunidades quilombolas distribuídas em 49 municípios. O Censo 2022 revela que 62 comunidades são certificadas, somente 2 são tituladas. Em relação às escolas quilombolas o censo de 2022 mapeou 71 escolas quilombolas no Estado.

Temos o reconhecimento da importância da articulação do movimento quilombola por meio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica e da Lei 10.639/2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas do país, tanto públicas quanto

privadas. Essa é uma conquista histórica dos movimentos sociais negros e quilombolas, construídas a partir da luta coletiva e da articulação com o Estado brasileiro, que permitiu a retomada da SECADI, a realização do Censo Demográfico Quilombola 2022, a criação da CONEEQ, do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Equidade, dos cursos de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola em instituições públicas, do Programa Escola Quilombo e principalmente da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ).

Não são poucas as demandas das populações quilombolas no Brasil e evidentemente na região Centro-Oeste. Dentre elas, o I Encontro Regional de Educação Escolar Quilombola do Centro Oeste – EREEQ, destaca algumas necessidades e reivindicações:

O que nos falta

- Mapeamento atualizado das escolas quilombolas;
- Professoras e professores e gestores e gestoras quilombolas atuando nas escolas;
- Transporte escolar adequado;
- Acesso qualificado à educação escolar desde a educação infantil ao ensino superior;
- Inclusão de alimentos produzidos por comunidades quilombolas nas merendas escolares;
- Construção de escolas nos territórios e adequação da infraestrutura das existentes;
- Formação política de novas lideranças quilombolas;
- Políticas públicas de educação ambiental que reconheçam e valorizem os conhecimentos tradicionais quilombolas;
- Reconhecimento das especificidades da modalidade Educação Escolar quilombola, considerando: mapeamento das escolas quilombolas estaduais

e municipais, a denominação, pelos estados e municípios, das escolas situadas em comunidades e territórios como escolas quilombolas, bem como oferta da educação escolar em consonância às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

O que queremos?

- Titulação plena dos territórios como garantia essencial para existência da educação escolar quilombola;
- Incentivo à inclusão da agricultura familiar quilombola nos cardápios escolares;
- Fomento à produção agroecológica nas comunidades quilombolas;
- Ampliação da oferta de ensino básico nas comunidades quilombolas;
- Oferta de cursos técnicos do ensino médio;
- Proibição do fechamento de escolas quilombolas ou que atendam estudantes quilombolas sem consulta prévia às comunidades conforme a convenção nº 169 da OIT;
- Criação e manutenção de Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- Produção e distribuição de materiais didáticos específicos;
- Reconhecimento da oralidade como metodologia;
- Concursos públicos específicos para quilombolas nos municípios, nos estados, nas universidades públicas federais, estaduais, nos Institutos Federais e Autarquias.
- Criação de setores de EEQ nas secretarias de educação;
- Formação obrigatória específica para Profissionais da Educação escolar quilombola (docentes, gestores e Técnico Administrativo Educacional (TAE)), valorizando os saberes e as vivências locais;
- Maior atenção à educação especial nas escolas quilombolas;

- Construção de escolas de educação infantil (creche e pré-escola);
- Criação de setores especializados em educação quilombola nas secretarias municipais e estaduais;
- Incorporação de currículo em consonância às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica;
- Desburocratização dos sistemas de ensino para atividades com mestres e mestras de saberes, eventos e propagação de tecnologias ancestrais, tais como: artesanatos, plantios, produção de alimentos etc;
- Garantir a contratação/efetivação de mestres/as dos saberes e fazeres para atuar nas escolas quilombolas e nas que atendem esse grupo;
- Garantia de gestão democrática;
- Estímulo do MEC para criação de licenciaturas, bacharelados e de demais cursos regulares de educação escolar quilombola em instituições de Ensino Superior;
- Técnicos e gestores especializados em educação escolar quilombola nas secretarias estaduais e municipais de ensino, preferencialmente oriundos de nossas comunidades;
- Criação de centros de cultura, integrados às escolas, com profissionais quilombolas disponíveis para esses espaços;
- Salas de extensão/salas anexas nas comunidades quilombolas devem ser vinculadas a uma escola quilombola;
- Inclusão das questões atinentes à EEQ nas jornadas pedagógicas e nas formações continuadas com autonomia para que as escolas decidam os temas e os problemas a serem debatidos bem como para execução de ações e projetos integrados à comunidade local;
- Extinção da exigência de número mínimo de estudantes para abertura de escolas de educação básica em comunidades quilombolas;

- Garantia de participação efetiva das comunidades em processos educacionais;
- Fomento do Governo, por intermédio do MEC, em parceria com outros ministérios e organizações públicas, tais como: FNDE, CAPES, CNPq, que subsidiem instituições de ensino superior para assessoria às comunidades quilombolas para a confecção e execução de projetos;
- Fomento à criação de linhas de pesquisa quilombolas em programas de pós-graduação;
- Garantir o acesso e permanência de estudantes quilombolas nas instituições de ensino superior por meio de políticas específicas;
- Eliminação de barreiras para ingressos nas pós-graduações;
- Fomento à participação de profissionais quilombolas da educação básica para participação em formações, seminários e eventos acadêmicos;

Esta carta é fruto da nossa caminhada histórica e fortalecida pelas nossas ancestralidades. É uma síntese de nossas angústias e esperanças. Exigimos a efetivação das políticas já existentes e criação de novas políticas com a participação das comunidades quilombolas para a melhoria da Educação Escolar Quilombola.

Entendemos que, para a efetivação da Educação Escolar Quilombola em sua plenitude, é imprescindível e urgente a demarcação e regularização fundiária das terras quilombolas, pois é no chão do território que se estruturam os modos próprios de viver, aprender, ensinar e resistir.

Sem o reconhecimento legal e a proteção jurídica dos territórios quilombolas não há como garantir a permanência física, espiritual e cultural das comunidades, tampouco consolidar uma política educacional que respeite os saberes ancestrais, os projetos de vida coletivos e a autonomia dos povos quilombolas. Contestamos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por seu caráter homogeneizante e pela desconsideração das especificidades quilombolas.

Com otimismo e disposição para luta!

Participantes do I Encontro Regional de Educação Escolar Quilombola do Centro-Oeste.

Uruaçu (GO), 4 de outubro de 2025